



XINGU RIO

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 23.093.056/0001-33

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
A **Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. (“XRTE” ou “Companhia”)** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com o Relatório do Auditor Independente referente ao exercício de 2025.

1) A COMPANHIA

A XRTE foi constituída em 07 de agosto de 2015 e é uma sociedade anônima fechada, de capital privado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (“SGBH” ou “Grupo SGBH”). A SGBH é subsidiária da Top View Grid Investment Limited com 0,01% de participação e da State Grid International Singapore Private Limited (“SGISPL”) com 99,99% de participação. A State Grid Corporation of China (“SGCC”), localizada em Pequim na República Popular da China, é a controladora final dessas Companhias.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A outorga de concessão do segmento de transmissão no Brasil é originada por meio de leilões públicos promovidos pelo Ministério de Minas e Energia (MME), com regulação e fiscalização da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Como resultado deste leilão a concessionária terá direito ao recebimento de uma Receita Anual Permitida (RAP) que tem início após o término da construção e perdura até o final do período de concessão (30 anos). O setor está inserido em um marco regulatório estruturado e consolidado, que assegura às concessionárias mecanismos de reajustes e revisões periódicas da RAP, conduzidos pela própria ANEEL, garantindo previsibilidade e estabilidade de receitas. O segmento de transmissão apresenta baixo risco e eventuais incertezas no setor elétrico brasileiro, como condições macroeconômicas ou ajustes regulatórios, não afetam de forma relevante a previsibilidade da geração de caixa do segmento de transmissão, considerando suas características contratuais e regulatórias.

Dados técnicos da concessão:
Extensão de linhas em km: 2.534 em DC 800 kV e 258 AC
Tensão em kV: 500/800
Subestações próprias: 1

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Receita: A Resolução Homologatória nº 3.481 publicada em 15 de julho de 2025 estabeleceu novos valores referentes às receitas anuais permitidas da Companhia, para o ciclo de 2025/2026, com acréscimo na RAP de R\$90.649.685, vide **nota explicativa 1.2**.

3.2) Desempenho econômico-financeiro:

	2025	2024
Liquidez geral	1,57	1,50
Liquidez corrente	5,14	4,57
Relação patrimônio líquido/ativo	36,29%	33,50%
Relação passivo não circulante/ativo	59,72%	62,67%
Rentabilidade do patrimônio líquido	15,42%	15,66%
Relação lucro operacional/patr. líquido	29,59%	33,10%
Ativos totais - R\$	15.202.466.055	14.412.424.459
Lucro líquido do exercício - R\$	850.720.886	756.155.130

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

Nos últimos anos, a Companhia vem implementando melhorias contínuas e segue evoluindo, adotando as melhores práticas de governança aprovadas e publicadas por instituições representativas, como o IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Estão sendo integrados, gradualmente, a nova estrutura aos processos da Companhia, visando avanços futuros ainda mais significativos. Em abril de 2024, foram criados o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, alterando a estrutura de governança, que passou a ser composta por: Conselho de Administração (“CA”) ou Board of Directors

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)							
	Nota	31/12/2025	31/12/2024		Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo				Passivo			
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	108.360.703	217.483.607	Fornecedores - terceiros	11	73.947.532	70.522.702
Títulos e valores mobiliários	7	1.222.889.116	565.441.822	Fornecedores - partes relacionadas	22.2	21.924.033	19.665.674
Contas a receber - Concessionárias e permissionárias	8	175.198.471	179.957.678	Obrigações sociais e trabalhistas		8.456.001	8.646.158
Contas a receber - partes relacionadas	22.1	698.922	638.541	Empréstimos e financiamentos - terceiros	12	408.117.958	377.728.997
Almoxarifado		43.188.120	30.403.035	Imposto de renda e contribuição social a pagar	13	53.745.727	33.678.109
Adiantamento a fornecedores		773.492	350.571	Outros impostos a pagar	13	17.189.636	17.762.028
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9	54.191.816	76.585.522	Taxas regulamentares		15.035.127	17.759.901
Outros impostos a recuperar	9	2.879.245	2.691.144	Dividendos propostos	16.e 22.2	7.192.843	6.406.606
Despesas antecipadas		4.648.806	4.109.915	Total passivo circulante		605.608.857	552.170.175
Ativos de contrato	10	1.451.004.391	1.428.753.606	Passivo não circulante			
Outros ativos circulantes		49.475.775	16.390.286	Empréstimos e financiamentos - Terceiros	12	6.069.498.450	6.179.873.480
Total ativo circulante		3.113.308.857	2.522.805.727	Impostos diferidos	14	2.986.323.743	2.840.054.379
Ativo não circulante				Outras provisões - compensação ambiental		10.989.141	11.243.004
Realizável a longo prazo				Provisão para contingências	15	12.666.638	1.473.700
Títulos e valores mobiliários	7	217.237.992	184.243.632	Total passivo não circulante		9.079.477.972	9.032.644.563
Ativo de contrato	10	11.869.301.552	11.703.650.973	Patrimônio líquido			
Outros ativos não circulantes		1.743.467	891.111	Capital social	16.a	2.291.001.000	2.291.001.000
Total realizável a longo prazo		12.088.283.011	11.888.785.716	Reserva legal	16.b	244.306.775	201.770.731
Imobilizado		836.882	751.571	Reserva de retenção lucros	16.c	2.684.103.429	2.125.770.476
Intangível		37.305	81.445	Reserva de incentivos fiscais	16.d	297.968.022	209.067.514
Total		874.187	833.016	Total patrimônio líquido		5.517.379.226	4.827.609.721
Total do ativo não circulante		12.089.157.198	11.889.618.732	Total do passivo e do patrimônio líquido		15.202.466.055	14.412.424.459
Total do ativo		15.202.466.055	14.412.424.459				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)						
	Reservas de lucros					
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de incentivos fiscais	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.291.001.000	163.962.975	2.161.618.126	131.380.715	—	4.747.962.816
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	756.155.130	756.155.130
Constituição da reserva legal (nota explicativa 16.b)	—	37.807.756	—	—	(37.807.756)	—
Provisão de incentivos fiscais SUDAM (nota explicativa 16.d)	—	—	—	77.686.799	(77.686.799)	—
Constituição de reserva de retenção de lucros (nota explicativa 16.c)	—	—	634.253.969	—	(634.253.969)	—
Dividendos mínimos obrigatórios (nota explicativa 16.e)	—	—	—	—	(6.406.606)	(6.406.606)
Dividendos intermediários (nota explicativa 16.e)	—	—	(670.101.619)	—	(670.101.619)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.291.001.000	201.770.731	2.125.770.476	209.067.514	—	4.827.609.721
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	850.720.886	850.720.886
Constituição da reserva legal (nota explicativa 16.b)	—	42.536.044	—	—	(42.536.044)	—
Provisão de incentivos fiscais SUDAM (nota explicativa 16.d)	—	—	—	88.900.508	(88.900.508)	—
Constituição de reserva de retenção de lucros (nota explicativa 16.c)	—	—	712.091.491	—	(712.091.491)	—
Dividendos mínimos obrigatórios (nota explicativa 16.e)	—	—	—	—	(7.192.843)	(7.192.843)
Dividendos intermediários (nota explicativa 16.e)	—	—	(153.758.538)	—	(153.758.538)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.291.001.000	244.306.775	2.684.103.429	297.968.022	—	5.517.379.226

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)	

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. (“XRTE” ou “Companhia”) é uma Companhia privada, de capital fechado constituída em 7 de agosto de 2015 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - Sala 1503, Centro no Rio de Janeiro. A Companhia iniciou suas operações em 14 de outubro de 2019 e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é subsidiária da Top View Grid Investment Limited com 0,01% de participação e da State Grid International Singapore Private Limited (SGISPL) com 99,99% de participação. A State Grid Corporation of China (SGCC), localizada em Pequim na República Popular da China, é a controladora final dessas Companhias.
1.1 Da concessão: No dia 22 de outubro de 2015, a Companhia assinou com a União o Contrato de Concessão nº 007/2015 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, distribuída em: O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia nos estados do Pará, Tocantins, Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro: (i) Estação conversora de corrente alternada em contínua e vice-versa, na tensão CA de 500kV e ± 800kV junto à Subestação Xingu, no Estado do Pará; banco de transformadores conversores, equipamentos de compensação reativa e filtros de harmônica; reatores de alisamento; módulos de conexão de equipamentos, interligação de barramentos e respectivo eletrodo de aterramento e correspondente linha de eletrodo. Atualmente a extensão de linhas de eletrodo construída é de aproximadamente 37,33km. (ii) Subestação Terminal Rio, no Estado do Rio de Janeiro, com pátio em 800kV para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 500kV com dois compensadores síncronos de (150/-75) Mvar, conectados por um banco de (3x100) MVA de

transformadores monofásicos e uma unidade de reserva de 100 MVA e dois transformadores 500/13,8kV - 40 MVA, para atender os serviços auxiliares. (iii) Estação conversora de corrente alternada em corrente contínua e vice-versa, na tensão CA de 500kV e ± 800kV, junto à Subestação Terminal Rio; banco de transformadores conversores; equipamentos de compensação reativa e filtros de harmônicas; reatores de alisamento; módulos de conexão de equipamentos, interligação de barramentos, barramentos e respectivos eletrodo de aterramento e correspondente linha de eletrodo. Atualmente a extensão de linhas de eletrodo construída é de aproximadamente 150,43km. (iv) Linha de transmissão em corrente contínua em ±800kV entre as subestações Xingu e Terminal Rio, bipolo simples, com extensão aproximada de 2.518km com um cabo de para-raios em fibra óptica. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 2.539,6 km devido à característica do local em que a linha foi implantada. (v) Linha de Transmissão em 500kV entre as subestações Terminal Rio e Nova Iguaçu, em circuito duplo, com extensão aproximada de 30km. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 32,47 km cada, devido à característica do local em que a linha foi implantada (vi) Instalações vinculadas e demais instalações necessárias a funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. (vii) Em 14 de outubro de 2019, a Companhia teve a sua entrada em operação com recebimento de 100% da RAP através do TLD (termo de liberalização definitiva) TDLONS/620/10/2019 emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).
1.2 Receita anual permitida (RAP): A RAP foi determinada em R\$988.030.985 (valor histórico estabelecido conforme o contrato de concessão) e é anualmente reajustada pelo IPCA. Em 4 de julho de 2023, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.216/2023 estabeleceu a RAP em R\$ 1.639.635.068 para o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024. Em 16 de julho de 2024, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.348/2024 estabeleceu a RAP em R\$ 1.704.007.419 para o período de 1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2025. Em 15 de julho de 2025, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.481/2025 estabeleceu a RAP em R\$ 1.794.657.104 para o período de 1º de julho de

guia acessível a todos. Para garantir sua aplicação, oferecemos treinamentos on-line com avaliação de conhecimento e exigimos que todos os colaboradores, ao ingressarem no grupo SGBH, assimem formalmente o compromisso de aderir aos seus princípios. Disponível aos públicos internos e externos, o Canal de Ética funciona de forma segura, anônima e independente para o registro de denúncias. As comunicações recebidas são analisadas e tratadas conforme procedimentos internos, sob a coordenação da área de Compliance e Privacidade, sendo os resultados das apurações submetidos à apreciação do Comitê de Compliance & Ética, responsável por deliberar sobre as conclusões e recomendar as medidas cabíveis, quando aplicável. Promovemos comunicações e treinamentos sobre políticas e procedimentos de combate à corrupção, atingindo todos os colaboradores. Os cursos fazem parte do processo de admissão de novos funcionários e, foi lançado um curso de Reciclagem em Compliance, de realização anual, com o objetivo de reforçar periodicamente os conteúdos, atualizar diretrizes e fortalecer a cultura de integridade na Companhia. Para parceiros de negócios, utilizamos um vídeo instrucional e o Código de Ética voltado aos fornecedores, disponíveis em nosso website. Em 2025, não foram identificados casos de corrupção relacionados ao Grupo SGBH, e nenhuma penalidade ou medida disciplinar relacionada a esse tema foi aplicada.

7) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

O Grupo SGBH vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Em 2025, o Grupo SGBH investiu em iniciativas de educação ambiental e comunicação com comunidades, além do monitoramento de áreas ambientalmente relevantes. Nossas ações são orientadas pelos órgãos ambientais competentes do licenciamento ambiental de cada projeto, com o objetivo de evitar, mitigar e compensar possíveis efeitos negativos sobre o meio ambiente e as populações locais, bem como potencializar os efeitos positivos. As condicionantes incluem o monitoramento ambiental dos ativos, monitoramento de fauna e flora, ocorrência de processos erosivos e ações de conscientização, além do reflorestamento e a gestão de resíduos e efluentes.

8) SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA

Em 2025, o Grupo SGBH contou com a Ernst Young Auditores Independentes S/S Ltda. como auditor independente exclusivo. O contrato com a Ernst Young Auditores Independentes S/S Ltda. foi assinado em 5 de dezembro de 2025, com vigência efetiva abrangendo dois ciclos, correspondentes aos exercícios de 2025 e 2026. Em cumprimento à revisão da NBC PA 400 Independência para Trabalho de Auditoria e Revisão alterada pela Revisão NBC 17, informamos que no último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, os auditores independentes da Companhia exerceram tão e somente serviços contratados de auditoria contábil externa e não receberam quaisquer outros valores a título de prestação de outros serviços. Demonstramos no quadro abaixo a remuneração (honorários e serviços) relacionada aos serviços de auditoria externa:

Auditor Independente	2025
Ernst Young Auditores Independentes S/S Ltda.	910.174
Total	910.174

A Companhia tem como prática alguns procedimentos que visam evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos referidos auditores externos independentes.

9) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2026

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)			
	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita de operação e manutenção		333.278.902	318.511.675
Remuneração do ativo contratual		1.618.325.225	1.593.422.516
Outras receitas		178.992.289	158.507.243
Deduções da receita operacional		(221.097.222)	(214.481.662)
Receita operacional líquida	17	1.909.499.194	1.855.959.772
Custo da operação	18	(156.621.460)	(135.365.236)
Lucro bruto		1.752.877.734	1.720.594.536
Despesas gerais e administrativas	19	(85.170.913)	(62.785.277)
Provisão para perda de crédito esperada	8	(32.243.940)	(56.924.326)
Outras receitas (despesas) operacionais		(2.670.471)	(3.010.707)
Lucro antes do resultado financeiro		1.632.792.410	1.597.874.226
Resultado financeiro	20	(503.957.681)	(568.281.412)
Receita financeira		153.355.776	105.016.732
Despesa financeira		(657.313.457)	(673.298.144)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		1.128.834.729	1.029.592.814
IRPJ e CSLL correntes	21	(155.448.056)	(115.211.960)
IRPJ e CSLL diferidos	21	(122.665.787)	(158.225.724)
Lucro líquido do exercício		850.720.886	756.155.130

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)		
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	850.720.886	756.155.130
Outros resultados abrangentes	—	—
Total de resultados abrangentes	850.720.886	756.155.130

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)			
	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes dos impostos		1.128.834.729	1.029.592.814
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Juros e variações monetárias dos empréstimos	12	648.274.443	669.128.589
Remuneração do ativo de contrato	10	(1.618.325.225)	(1.593.422.516)
Receita de operação e manutenção	10	(333.278.902)	(318.511.675)
Depreciação e amortização		200.899	490.463
Baixa de imobilizado e intangível		522.496	1.645.181
Rendimento títulos e valores mobiliários		(121.587.655)	(60.837.006)
Provisão para perda de crédito esperada	8	32.243.940	56.924.326
Provisão (reversão) para contingência	15	10.371.619	(765.980)
Outras provisões - compensação ambiental		350.178	519.908
Custo de transação de financiamento	12	2.085.490	2.085.490
Outros impostos diferidos		17.380.876	19.701.574
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber - Concessionárias e permissionárias		(27.484.733)	(43.094.890)
Contas a receber - partes relacionadas		(60.381)	(213.876)
Ativos de contrato	10	1.763.702.763	1.722.125.625
Almoxarifado		(12.785.085)	(9.512.348)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		22.393.706	(5.267.043)
Outros impostos a recuperar		(188.101)	(513.463)
Adiantamentos a fornecedores		(422.921)	216.634
Despesas antecipadas		(538.891)	18.257
Outros ativos		(33.937.845)	(2.577.674)

Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber - Concessionárias e permissonárias		(27.484.733)	(43.094.890)
Contas a receber - partes relacionadas		(60.381)	(213.878)
Ativos de contrato	10	1.763.702.763	1.722.125.625
Almoxarifado		(12.785.085)	(9.512.348)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		22.393.706	(5.267.043)
Outros impostos a recuperar		(188.101)	(513.463)
Adiantamentos a fornecedores		(422.921)	216.633
Despesas antecipadas		(538.891)	18.257
Outros ativos		(33.937.845)	(2.577.674)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores - terceiros		3.424.830	(36.375.921)
Fornecedores - partes relacionadas		2.258.359	187.342
Pagamento para contingência		(258.325)	—
Provisão para contingências reembolsáveis		1.079.644	(1.991)
Compensação ambiental		(604.041)	(1.199.612)
Imposto de renda e contribuição social a pagar		(23.946.286)	(16.178.810)
Outros impostos a pagar		(572.392)	452.581
Taxas regulamentares		(2.724.774)	1.531.792
Obrigações sociais e trabalhistas		(190.157)	773.493
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais			
Imposto de renda e contribuição social pagos		1.456.218.258	1.416.921.262
Juros pagos	12	(105.211.452)	(76.326.689)
		(355.073.139)	(357.685.919)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
		995.933.667	982.908.654
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível		(764.566)	(1.778.655)
Aplicação de títulos e valores mobiliários		(2.141.428.495)	(1.152.623.547)
Resgate de títulos e valores mobiliários		1.572.574.496	855.256.362
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento			
		(569.618.565)	(299.145.840)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos pagos	12	(375.272.863)	(330.478.518)
Dividendo pagos	16	(160.165.143)	(670.101.619)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de financiamento			
		(535.438.006)	(1.000.580.137)
(Redução)/aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa			
		(109.122.904)	(316.817.323)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			
		217.483.607	534.300.930
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício			
		108.360.703	217.483.607
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			



★ continuação
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

2025 a 30 de junho de 2026. A receita é faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o ONS.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 18 de março de 2026.
2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação: A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.
2.3 Classificação circulante e não circulante: Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, as práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

4. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E JULGAMENTOS RELEVANTES

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e impostos diferidos. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.
4.1 Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"): A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que refleta o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.
4.2 Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.
4.3 Provisão para contingências: Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.
4.4 Ativo de contrato: O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um "ativo contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de construir e operar a linha de transmissão. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos mais margem. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão é registrada na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.
4.5 Provisão para perda de crédito esperada (PCE): Provisão para perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros:

- Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber;
- Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos;
- Existência de garantia;
- Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas;
- Análise de devedores em falência que é feita através de um arquivo publicado no site da ONS com as informações dos clientes devedores de "Casos Especiais", entre eles os que estão em Recuperação Judicial e com essa justificativa incluímos em nossa base; e,
- Os parâmetros acima devem ser considerados para todos os clientes excluindo os títulos que estão em processo judicial. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias.

4.6 Análise de recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos: A recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos é avaliada com base em projeções de resultados tributáveis futuros, preparadas a partir do plano de negócios da Administração. A Companhia realiza estudos de recuperabilidade e considera as melhores estimativas à data-base das demonstrações financeiras, contemplando dados históricos realizados, premissas macroeconômicas consistentes com fontes de mercado e parâmetros operacionais e financeiros definidos conforme o contrato de concessão firmado com a ANEEL. As principais premissas e julgamentos adotados incluem: (i) projeção de Receita Anual Permitida (RAP) e respectivos reajustes contratuais; (ii) estimativas de custos operacionais, despesas

financeiras e investimentos necessários à manutenção da concessão; (iii) expectativa de geração de lucro tributável ao longo do prazo remanescente da concessão; A Administração revisa periodicamente tais premissas, podendo ajustá-las caso ocorram alterações relevantes no ambiente regulatório, macroeconômico ou operacional que impactem a expectativa de realização dos créditos tributários. Com base nas análises efetuadas, a Companhia entende que os ativos fiscais diferidos registrados são recuperáveis dentro do horizonte projetado.

5. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO VIGENTES

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.
(a) CPC 51 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis: O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de resultado, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de resultado da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros".

(b) Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo.
(c) Outras normas contábeis: Não se espera que as seguintes normas novas ou alteradas, requeridas a partir de 2026, tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras que serão:

- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).
- IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2025	31/12/2024
Bancos	221.292	683.474
Aplicações financeiras (i)	108.139.411	216.800.133
Total	108.360.703	217.483.607
(i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e o saldo da conta reserva do BNDES e das Debêntures em um Fundo de Investimento conforme autorizado no contrato assinado entre as partes. Os CDBs e o Fundo de Investimento podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e obteve uma remuneração média de 101,78% do CDI em 2025 e de 102,63% do CDI em 2024. O aumento do saldo de caixa ao longo do exercício decorre, principalmente, de restrições contratuais previstas nos financiamentos junto ao BNDES que limitam a distribuição financeira de dividendos, resultando em maior retenção de recursos na Companhia. Visando otimizar a rentabilidade dos recursos disponíveis ao final do período e diante da ausência de previsão de desembolsos relevantes no início de 2026, a empresa transferiu parte desses valores para uma aplicação financeira de maior prazo (TVM), com taxa mais atrativa. 6.1 Política contábil: Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.		

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2025	31/12/2024
Curto prazo	31/12/2025	31/12/2024
Aplicação banco pactual CDB - XRTE (i)	1.222.889.116	565.441.822
Total	1.222.889.116	565.441.822
Longo prazo	31/12/2025	31/12/2024
Conta reserva - financiamentos (ii)	217.237.992	184.243.632
Total	217.237.992	184.243.632
(i) Ao longo do exercício, a Companhia realizou a otimização da gestão de caixa, direcionando não apenas recursos anteriormente classificados como equivalentes de caixa, mas também disponibilidades adicionais geradas no período para aplicações financeiras em CDB (TVM) com prazo de 90 dias e maior rentabilidade junto ao Banco BTG. Dessa forma, o aumento em TVM reflete tanto transferências entre aplicações quanto novas aplicações realizadas ao longo do exercício. A empresa obteve uma remuneração média de 102,04% do CDI em 2025 e de 101,72% do CDI em 2024. (ii) Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 12). Durante todo o prazo do contrato, caso a XRTE possua Índice de Cobertura da Dívida de, no mínimo, 1,3, a mesma deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Na hipótese de o Índice de Cobertura da dívida ser inferior a 1,3, a XRTE deve preencher a conta reserva com valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da conta reserva atendia a referida obrigação de manter três vezes o valor do pagamento de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, conforme previsto no contrato de financiamento com o BNDES. 7.1 Política contábil: Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação e a capacidade financeira da Companhia, conforme previsto no CPC 48 - Instrumentos Financeiros, tais instrumentos foram contratados para atender demandas contratuais de títulos de dívidas, conforme mencionado anteriormente e os demais para gestão de disponibilidade de caixa, sendo estes aplicados em títulos com vencimentos de curto e longo prazo.		

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	170.986.273	168.291.382
Vencidas até 30 dias	217.328	4.947.566
Vencidas até 60 dias	160.687	5.313.695
Vencidas até 90 dias	4.626.516	4.761.292
Vencidas até 180 dias	11.646.894	8.844.534
Vencidas até 360 dias	8.736.070	17.725.506
Vencidas há mais de 360 dias	79.035.303	38.040.363
Total (i)	275.409.071	247.924.338
Provisão para perda de crédito esperada (PCE) (ii)	(100.210.600)	(67.966.660)
Total contas a receber	175.198.471	179.957.678
i) As provisões de AVCs complementares associadas a rescisões contratuais dos grupos Grupo Quinturará, UTE Fortaleza, Grupo Brentech, Grupo Eneva,		

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a. Total da dívida com terceiros					
Descrição	Início	Vencimento	Garantidor	Encargos	
BNDES subcrédito A e B (c)	nov/18	out/42	SGBH	IPCA+5,62%	31/12/2025
BNDES subcrédito C (c)	jun/20	out/38	SGBH	IPCA +5,22%	31/12/2024
Debêntures (d)	jul/21	dez/34	SGBH	IPCA+4,8304%	
Total					
Circulante					
Não circulante					
Total					

XINGU RIO
 TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 23.093.056/0001-33

UFV Belo Horizonte, EPESA e Norte Energia, que no encerramento de 2024 eram parcialmente classificados como vencidos até 360 dias, permaneceram sem recebimento, resultando no envelhecimento da dívida. Além disso, ao longo de 2025, antigos e novos clientes passaram a compor a lista com títulos vencidos. Entre os mais relevantes estão Aurora, BRENTech, Cassilândia, Delio Bernardino, UFV Olho do Sol, Rio Alto, UFV Taboleiro e Norte Energia. ii) Variação refere-se às provisões para perda de crédito de AVCs complementares associadas a rescisões contratuais como por exemplo os grupos: Aurora, BRENTech, Cassilândia, Delio Bernardino, UFV Olho do Sol, Rio Alto e UFV Taboleiro. Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, expectativas de perdas futuras negociações em andamento, existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	(67.966.660)	(11.042.334)
Reversão	162.167	331.766
Complemento de provisão	(32.406.107)	(57.256.092)
Saldo final	(100.210.600)	(67.966.660)
8.1 Política contábil: Destinam-se à contabilização de créditos referentes a construção e operação da linha de transmissão de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de construção e operação da linha de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.		

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda e contribuição social a recuperar:	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ saldo negativo (i)	48.583.562	71.778.549
CSLL saldo negativo	5.320.577	4.722.710
IRRF a recuperar	73.993	11.563
CSLL a recuperar	213.684	72.700
Total	54.191.816	76.585.522
Outros impostos a recuperar:	31/12/2025	31/12/2024
IRRF retido de clientes	996.442	796.394
INSS	707.806	707.806
PIS a recuperar	144.565	153.988
COFINS a recuperar	657.332	700.502
Outros	373.100	332.454
Total	2.879.245	2.691.144

(i) Variação refere-se à utilização do saldo negativo de 2021 via Perdcomps.
9.1 Política contábil: Os impostos a recuperar referem-se a tributos incidentes sobre as operações da Companhia, pagos antecipadamente ou retidos na fonte, passíveis de compensação com tributos correntes ou restituição, conforme previsto na legislação vigente. Esses valores são registrados pelo montante original e classificados no ativo circulante ou não circulante de acordo com a expectativa de realização. A Administração avalia periodicamente a recuperabilidade dos créditos tributários com base nas projeções de resultados tributáveis e no histórico de compensações.

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	1.451.004.391	1.428.753.606
Não circulante	11.869.301.552	11.703.650.973
Total	13.320.305.943	13.132.404.579
A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está assim apresentada:		
Saldo em 31 de dezembro de 2024	13.132.404.579	
Receita de O&M (i)	333.278.902	
Receita de remuneração (ii)	1.618.325.225	
Recebimentos (iii)	(1.763.702.763)	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	13.320.305.943	
Circulante	1.451.004.391	
Não circulante	11.869.301.552	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	12.942.596.013	
Receita de O&M (i)	318.511.675	
Receita de remuneração (ii)	1.593.422.516	
Recebimentos (iii)	(1.698.944.198)	
Adiantamentos pré-operacionais (iv)	(23.181.427)	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	13.132.404.579	
Circulante	1.428.753.606	
Não circulante	11.703.650.973	

(i) Variação refere-se a receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção. (ii) A variação é decorrente da média do saldo de ativo contratual dos doze meses de 2025 ser superior à média do saldo de ativo contratual dos doze meses de 2024. Sendo assim, a receita de remuneração é maior visto que a remuneração é calculada mensalmente com base no saldo de ativo contratual. (iii) Saldos se referem a recebimentos dos serviços prestados de construção e operação da linha de transmissão conforme RAP aprovada e atualizada a cada ciclo pelo regulador. (iv) Movimentação em 2024 se refere a quitações de adiantamentos pré-operacionais conforme emissão das notas. O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadoras), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pelas Companhias, em que:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar.
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede.
- Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização.
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador. A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ele designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados, cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente.

10.1 Política contábil: Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos à concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

	31/12/2025	31/12/2024
11. FORNECEDORES - TERCEIROS	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para encerramento de obra	60.406.016	60.556.422
Fornecedores relacionados à construção (i)	4.296.216	2.571.459
Gastos ambientais e fundiários	1.170.611	751.026
Prestadores de serviços	3.212.379	3.653.150
Almoxarifado (ii)	4.421.978	1.463.578
Outros	440.332	1.527.067
Total	73.947.532	70.522.702
(i) Variação referente ao fornecimento de hardware com licenciamento de software e prestação de serviços específicos. (ii) Aquisição de estruturas metálicas para manutenção das torres metálicas para linha de transmissão de energia elétrica.		



<



★ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas, Diretores e Administradores da Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. Rio de Janeiro - RJ

Introdução: Examinamos as demonstrações contábeis da Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. **Mensuração do ativo de contrato:** Conforme divulgado na nota explicativa 10 às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registra o montante de R\$ 13.320.305.943 referente aos ativos de contrato vinculados aos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica. Esses ativos de contrato refletem o valor que a Companhia possui o direito de receber, advindo do investimento realizado na infraestrutura de sua concessão. Adicionalmente, a Companhia também avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente (*IFRS15 - Revenue from contract with customer*) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de

performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração dos ativos de contrato das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) a avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) a leitura dos contratos de concessão para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (iv) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; (v) a análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (vi) a análise da eventual existência de contrato oneroso; (vii) análise das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (viii) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas para mensuração do ativo de contrato adotados pela diretoria são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 10 e 17, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Outros assuntos:** Auditoria dos valores correspondentes: As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado de 31 de março de 2025, sem modificação. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações**

contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2026

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F
Glaucio Dutra da Silva
Contador CRC RJ-090174/O

